

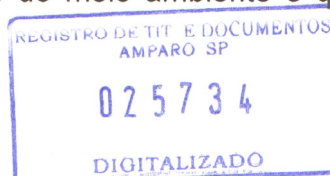
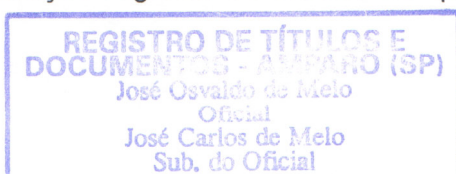


CISBRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA
REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

ATA DA 35ª REUNIÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

1 No dia quatorze (14) do mês de agosto (08) de dois mil e dezessete (2017) às 18h30min,
2 reuniram-se na sede provisória do Consórcio em Assembleia Geral Ordinária, os
3 seguintes prefeitos: Edson Rodrigo de Oliveira Cunha de **Monte Alegre do Sul**, Marco
4 Antonio de Oliveira de **Morungaba**, Benedito Lauro de Lima de **Pinhalzinho**, Sidney
5 Antonio Ferraresso de **Serra Negra**, e Jair Fernandes Gonçalves de **Tuiuti**. Por
6 procuração compareceu João Batista Preto de Godoy de **Socorro**. José Mauro Alvarenga
7 compareceu representando o Prefeito de **Águas de Lindóia**. Do CISBRA compareceram:
8 Sandra Cristina Dimis Santos, Marcela Lonel de Souza Guelere, Marília Tedeschi
9 Schiavolim, Vitor Ribeiro Junqueira Castelli e André Alessandro dos Santos. Demais
10 participantes constam em lista de presença. O presidente **Jair Fernandes Gonçalves**
11 (Prefeito Nande) instala a Assembleia Geral agradecendo a presença de todos e
12 especialmente a presença do Dr. Rodrigo Sanches Garcia, promotor de justiça do GAEMA
13 de Campinas. O Presidente Nande constata o momento difícil em que o Consórcio vem
14 passando devido às colocações de alguns grupos e a ausência de quorum nas reuniões,
15 "... até parece que há uma queda de braço aqui dentro"..., exemplifica o Prefeito Nande,
16 advertindo que o Consórcio deve estar acima de qualquer prefeito e de qualquer interesse
17 pessoal e atribui essa ausência nas reuniões a uma falta de responsabilidade do prefeito
18 com o próprio município. Fala da insatisfação em convocar por diversas vezes os prefeitos
19 e por descaso os prefeitos não comparecerem, dizendo que seu interesse como Prefeito
20 não é particular, mas, para um bem comum, da sociedade. O Prefeito Nande,
21 completando, reforça que é muito importante a presença do promotor, Dr. Rodrigo, para
22 que os consorciados entendam que o trabalho do Consórcio é administrado com
23 seriedade e que a única preocupação é de que todos os municípios tenham condições de
24 destinar corretamente seus resíduos. Solicita uma maior colaboração de todos os
25 prefeitos, que conduzam o Consórcio com maior seriedade e responsabilidade. Diz que
26 está à frente do Consórcio para somar e deixa muito claro que, o cargo de Presidente do
27 CISBRA pode ser ocupado por outro prefeito que tenha interesse, que a única
28 preocupação é a destinação correta dos resíduos e que essa é a importância do
29 Consórcio. Prosseguindo, passa a palavra para o Dr. Rodrigo Sanches Garcia que
30 cumprimenta os presentes e se apresenta como promotor de justiça do Grupo Regional de
31 Meio Ambiente, chamado GAEMA, que está sediado em Campinas, que atua nos
32 municípios que compreende a Bacia PCJ. Explica que o GAEMA tem um grupo de
33 atuação regional só focado na questão do meio ambiente e que essa atuação é muito





CISBRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA
REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

34 voltada para área de política pública, e que, uma delas, é a questão da política nacional
35 de resíduos sólidos. Dr. Rodrigo diz que os municípios já vinham sendo cobrados pela
36 elaboração dos planos municipais de resíduos sólidos e que o acompanhamento da
37 elaboração dos municípios da região foi concentrado nos três consórcios, CONSAB,
38 CONSIMARES e o CISBRA. Disse que acompanhou a elaboração do plano de resíduos
39 de cada um dos consórcios e que cada um deles elaboraram planos com características
40 diferentes, que o CISBRA sempre foi um consórcio elogiado, primeiro porque quem
41 conduziu o processo de elaboração do plano de resíduos do CISBRA, foi Tarcísio, um dos
42 consultores do Ministério de Meio Ambiente que também criou e participou na elaboração
43 da Política Nacional de Resíduos Sólidos. "... *Ele sempre foi um plano reconhecido pelos
44 demais consórcios como um plano "a mais", ou seja, um plano que tinha efetivamente
45 conseguido gerenciar, ou conduzir ou obter todas as informações necessárias que a
46 política nacional exigia...*", justifica Dr. Rodrigo, e que por esses motivos o CISBRA vem
47 sendo acompanhado com interesse, por ter sido o plano bem melhor elaborado, por
48 consequência teria seus produtos finais melhor conduzidos. Continuando, disse que cuida
49 de 24 (vinte e quatro) municípios e que é promotor há 18 (dezoito) anos, que conhece
50 questões políticas de todos os tipos possíveis e não é seu objetivo falar sobre as questões
51 políticas que estão conduzindo a atual situação. "... *Questões políticas sempre existiram,
52 sempre vão existir, o problema é a forma como elas são conduzidas para a solução
53 final...*", disse o Promotor. Afirma que enxerga a questão consorciada como algo
54 extremamente importante porque não consegue ver um município de pequeno e médio
55 porte, tendo capacidade técnica e condições financeiras pra fazer frente à necessidade da
56 Política Nacional de Resíduos, considerando que a implantação dela exige conhecimento
57 específico e corpo técnico bem estruturado e com constante especialização dentro das
58 características e obrigações da política de resíduos sólidos, além de que os municípios,
59 na sua maioria, necessitam de recursos financeiros externos para implantação do plano
60 de resíduos. Considera que o Consórcio está em um momento, independentemente das
61 ações judiciais e das brigas políticas que estão ocorrendo, de decidir para que lado vai
62 caminhar e para que lado a política municipal de cada ente consorciado vai caminhar e
63 isso é extremamente importante e que passa por vários tipos de decisões, da decisão
64 política da eleição, que é uma obrigação do ente consorciado, da obrigação de cumprir
65 ~~com seus pagamentos~~, e de avaliar se a permanência de um ou de outro município ainda
66 é interessante para o Consórcio, citando o exemplo de Itapira que tem pagamentos
67 pendentes há muito tempo para o Consórcio. Afirma que o Consórcio é que tem que
68 decidir e que essa é a função dele, o de analisar até que ponto é interessante manter ou
69 não o município consorciado ou cumprir o regimento interno, estatuto, optando pela

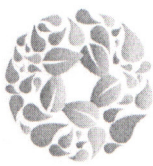
Handwritten blue initials or marks on the right margin.

Handwritten blue mark on the right margin.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - AMPARO (SP)
José Osvaldo de Melo
Oficial
José Carlos de Melo
Sub. do Oficial

REGISTRO DE TÍT E DOCUMENTOS
AMPARO SP
025734
DIGITALIZADO

Handwritten signature in blue ink.



CISBRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA
REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

70 exclusão do município, para que o Consórcio efetivamente possa nos anos seguintes se
71 programar, projetar seu orçamento dentro de uma realidade de recebimento efetivo de
72 recurso. Cita a ação realizada no município de Americana que parcelou os valores para
73 que permanecesse no CONSIMARES, e diz que é um algo que não tem certo e errado,
74 que se trata de uma decisão político-administrativa de cada Consórcio. Salaria que é
75 extremamente importante que o Consórcio mantenha a coesão porque para o município,
76 implantar a política individualmente, não será uma tarefa fácil. Lembra que há 02 (dois)
77 anos esteve num evento realizado pelo CISBRA junto com o Tribunal de Contas, o qual
78 vem sistematicamente há alguns anos apontando para o município, se têm ou não o plano
79 municipal e como ele está sendo implantando e que a tendência é que ocorra um aperto
80 por parte do Tribunal de Contas com relação ao que cada município está fazendo, em
81 cada um dos itens da política municipal de resíduos sólidos. Reprisa que não se trata
82 apenas de um discurso meramente retórico de uma lei que deve ser cumprida, e que,
83 existem consequências e avalia que uma das principais é a capacidade de organização
84 para compor um corpo técnico e a possibilidade de diminuir custos, e que se o ente não
85 está conseguindo o ganho em escala, a discussão deve ser trabalhada transparentemente
86 com detalhamento do que está acontecendo dentro do Consórcio. Concluindo, Dr.
87 Rodrigo, diz que o objetivo desta conversa é que os consorciados, independentemente
88 das desavenças políticas e das interferências externas procurem manter a coesão,
89 mantendo a sua finalidade e o real motivo da sua constituição. Declara que a intenção
90 dele na reunião não é de fiscalizar, mas demonstrar dados do Ministério Público da
91 importância desse trabalho coletivo, constituído pelos prefeitos antecessores, atuais e
92 sucessores, agravando que, sozinhos os municípios terão problema. Adverte que o
93 Consórcio pode até chegar num consenso de não continuar, ou de 05 (cinco) ou 06 (seis)
94 municípios optarem pela saída, ou até mesmo decida pela dissolução do Consórcio, mais
95 com a certeza de que vai haver dificuldades e que os municípios serão cobrados por uma
96 capacitação técnica que dificilmente conseguirão obter com seu próprio corpo técnico.
97 Concluindo, reitera, a importância de manter o Consórcio ativo, resolver a questão do
98 orçamento para o próximo ano, garantindo a continuidade do CISBRA. Após a
99 apresentação do Dr. Rodrigo, prosseguindo com a pauta, a assistente administrativa do
100 Consórcio, Marcela Lonel de Souza Guelere, registra a presença de 05 (cinco) prefeitos,
101 01(um) representante com procuração e a presença do representante José Mauro de
102 Águas de Lindóia sem procuração. Marcela questiona o representante José Mauro se
103 mesmo estando sem a procuração, está presente a pedido do Prefeito Gilberto Abdo
104 Helou representando-o na presente reunião. José Mauro responde que sim, que está
105 representando o município de Águas de Lindóia e que o Prefeito está num compromisso

REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS PÚBLICOS (SP)

José Osvaldo de Melo
Oficial
José Carlos de Melo
Sub. do Oficial

REGISTRO DE TÍT. E DOCUMENTOS
AMPARO SP

025734

DIGITALIZADO



106 na Secretaria de Educação, justificando sua ausência. O Procurador do Consórcio, Dr.
107 Castelli, sugere que o representante José Mauro apresente a procuração dentro de 05
108 dias. A sugestão foi aceita por todos os presentes e o quórum de 07 (sete) municípios foi
109 confirmado. Com a confirmação do quorum, Marcela, inicia a seguinte pauta: **1)**
110 Aprovação das últimas Assembleias realizadas ata 30 a 34; **2)** Homologação pela
111 Assembleia Geral dos indicados para composição do Conselho Fiscal; **3)** Indicação do
112 Presidente do Conselho Fiscal e homologação pela Assembleia Geral; **4)** Cerimônia de
113 posse dos nomeados para o Conselho Fiscal; **5)** Assuntos diversos. Marcela solicita
114 manifestação dos presentes quanto à aprovação das atas, não tendo nenhum
115 questionamento ou objeção, as atas em pauta foram aprovadas pela totalidade dos
116 presentes. Marcela apresenta o nome dos 11(onze) indicados a membro do Conselho
117 Fiscal, explica que segundo o estatuto o Conselho é formado por no mínimo 07 (sete) e
118 máximo 12 (doze) integrantes e solicita a homologação das indicações. Não havendo
119 dúvidas ou contradições, os indicados foram homologados pela Assembleia Geral.
120 Prosseguindo com a pauta, Marcela, solicita que o Presidente Nande indique um dos
121 conselheiros para Presidente do Conselho Fiscal. Christian Fernando C. de Oliveira,
122 conselheiro de Serra Negra, após homologação da Assembleia, foi nomeado Presidente
123 do Conselho Fiscal do Consórcio seguido da lavratura do Termo de Posse. Sobre a pauta,
124 assuntos diversos, Sandra Dimis, analista ambiental do Consórcio, informa que, realizou
125 um pré-estudo, solicitando dados aos representantes de cada município para estimar
126 "grosseiramente" quanto que cada município gastaria atualmente por cada tonelada de
127 lixo, deixa claro que a estimativa é grosseira, já que não leva em consideração alguns
128 custos envolvidos na coleta, por exemplo, manutenção da frota. Sandra trabalha com o
129 exemplo do município de Serra Negra e explica como chegou no valor total aproximado de
130 R\$ 366,00 (trezentos e sessenta e seis reais) por tonelada de resíduo coletado e
131 destinado, um cálculo bem abaixo do efetivo já que não contempla custos anteriormente
132 informados e os custos do transporte dos resíduos do município de Serra Negra até a
133 Estação de Transbordo. Comenta que está pensando na possibilidade de implantar no
134 Consórcio a coleta única que está previsto no plano de resíduos, ou seja, uma única
135 empresa realizando a coleta do resíduo nas cidades até a destinação, desonerando os
136 custos que a prefeitura tem com a manutenção da coleta. Sobre os resíduos da
137 construção civil, Sandra comenta que os municípios estão sendo muito cobrados sobre a
138 correta destinação, inclusive pelo próprio Ministério Público, pelo Tribunal de Contas e que
139 o Consórcio está retomando novamente as ações para a solução dos resíduos da
140 construção civil. Lembra que o Consórcio realizou um pregão presencial mais a
141 contratação não avançou devido ao alto custo para o beneficiamento e que a intenção




142 com essa retomada é pensar numa nova solução com menor custo para os municípios.
143 Dr. Rodrigo pede a palavra e cita que no resíduo da construção civil é onde os municípios
144 em geral consegue uma economia mais visível e mais rápida, citando o exemplo de
145 Jundiaí, que apesar de ser um exemplo de município de porte maior, tiveram uma
146 economia de 04 (quatro) milhões de reais, beneficiando os resíduos e reutilizando no
147 próprio município, deixando de comprar o material. Cita também a economia de Holambra,
148 do CONSAB que adquiriu a máquina para beneficiar os resíduos do consorciados. Dr.
149 Rodrigo explica que existem várias modelagens, e reafirma que é uma ação que dá efeito
150 imediato, com economia na aquisição de diversos tipos de material. Continuando com os
151 informativos diversos, Sandra explica que o Consórcio atualmente não tem equipe técnica
152 suficiente para realizar educação ambiental mais efetiva nas cidades e que levando em
153 conta essa deficiência está estudando um modelo de parceria com as
154 universidades/faculdades da região para que os alunos dentro do estágio obrigatório
155 cumpram a carga horária realizando educação ambiental nas escolas dos municípios
156 consorciados de uma maneira mais rápida. Além dessas ações, a analista ambiental,
157 relembra a parceria com a empresa GAIA SOCIAL que já está em andamento e que está
158 fomentando a criação de cooperativas e entrepostos em todos os municípios do
159 Consórcio, e que, iniciou a apresentação deste projeto de coleta seletiva aos
160 departamentos de meio ambiente. Dr. Castelli, procurador jurídico, apresenta
161 detalhadamente aos presentes as ações judiciais em andamento no Consórcio. Informa
162 que existe um mandado de segurança que o empregado através de liminar busca sua
163 reintegração, que a princípio, já em segunda instância, a desembargadora decidiu
164 favorável ao empregado, mas que depois reformou a decisão justificando que por ser um
165 cargo comissionado não existe a necessidade de permanência no cargo podendo ser
166 desligado a qualquer momento. Castelli diz ainda que esse processo aguarda a decisão
167 judicial do julgamento do mérito em primeira e segunda instancia onde é questionado o
168 quorum da eleição à presidência do Consorcio. Quanto às ações trabalhistas, o
169 procurador informa que uma se trata de ação de assédio moral que o Consórcio sofreu
170 condenação em primeira instância no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mas
171 que está recorrendo, buscando a reversão ou a redução desse valor que está bem acima
172 da jurisprudência. O Prefeito Nande solicita ao Castelli que informe o ano dessa ação para
173 deixar claro de que essa condenação não é do atual mandato. Prosseguindo, Castelli
174 informa sobre a outra ação trabalhista movida por empregado demitido no início do ano,
175 explicando detalhes da ação se dispondo a esclarecer quaisquer dúvidas com relação aos
176 processos judiciais. O Presidente do Consórcio reafirma que essas ações trabalhistas não
177 são da atual gestão do Consórcio. Dr. Rodrigo fazendo uso da palavra pergunta como é o



CISBRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA
REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

178 canal de comunicação, da transparência da administração com os prefeitos e sugere a
179 emissão de boletins bienais ou trimestrais ou com a periodicidade que julgar necessário
180 para integração dos prefeitos com as ações do CISBRA, reafirmando que a ação
181 proporciona mais transparência e permite uma maior interlocução dos integrantes com o
182 Consórcio. Castelli aproveita a fala do Dr. Rodrigo e realiza um apelo aos Prefeitos para
183 que compareçam nas assembleias pré-convocadas para formação de quorum. Argumenta
184 que a ausência de quorum engessa as atividades, seja ambiental ou administrativa,
185 impactando ações do Consórcio. Novamente, solicita comparecimento dos prefeitos nas
186 reuniões, advertindo que a ausência de quorum, ausência de deliberação pode levar a
187 extinção do Consórcio. O representante de Socorro, João Batista, comenta que é
188 importante o envolvimento dos secretários e diretores do meio ambiente nos assuntos do
189 CISBRA não só para colaborar e auxiliar o prefeito na tomada de decisão, mas para servir
190 de canal de comunicação entre o município e o Consórcio. André, contador do Consórcio,
191 retoma o assunto da transparência levantada pelo promotor Dr. Rodrigo, e completa que
192 todas as ações do Consórcio estão disponíveis no site. Não havendo mais nada a tratar,
193 a reunião é encerrada. Eu, Marcela Lonel de Souza Guelere, redigi e lavrei a presente ata,
194 que segue assinada por mim e pelo Presidente do Consórcio. Amparo, 15 de agosto de
195 2017.


Marcela Lonel de Souza Guelere
Assistente Administrativo


Jair Fernandes Gonçalves
Presidente



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE AMPARO - SP

Rua Osvaldo Cruz, 345 - Centro Fone:(019) 3807-4266

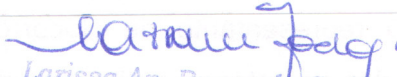
Oficial: José Osvaldo de Melo Sub. do Oficial: José Carlos de Melo

Apresentado para registro em 06/09/2017, protocolado sob numero
25.734 e Registrado sob nº.23.073 fls.275vº Livro B-106 (TD)


Amparo-SP, 11/09/2017.

TOTAL DAS CUSTAS E EMOLUMENTOS R\$ 98,69

As parcelas devidas encontram-se discriminadas no recibo anexo.


Larissa Ap. Bueno de Godoy
Escrevente Autorizada

Certifico e dou fé, que o **registro facultativo** do presente documento, foi realizado **apenas e tão somente para os fins de GUARDA CONSERVAÇÃO**, nos termos do **artigo 127 inciso VII da Lei nº.6.015/73**, conforme requerimento arquivado nesta Serventia, datado de 24 de agosto de 2017, firmado por Jair Fernandes Gonçalves, RG nº.23.462.315-9 e CPF nº.177.885.298-00, que declarou ter ciência de **que referido registro não atribui direitos, possuindo efeitos para fins de mera conservação, provando apenas a existência, a data e o conteúdo do documento, não gerando publicidade nem efeitos em relação a terceiros.** Amparo, 11 de setembro de 2017.- A Escrevente Autorizada,


Larissa Ap. Bueno de Godoy
Escrevente Autorizada